COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº 2022

(Do Sr. Chico D´Ângelo)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir e cobrar soluções sobre "a disponibilidade limitada" e "dificuldade na aquisição", racionamento e queda na taxa da cobertura vacinal da BCG, a importância da vacina e as ações do Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como problema de Saúde Pública no Brasil estratégias para 2021-2025.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 20, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir e cobrar soluções sobre "a disponibilidade limitada" e "dificuldade na aquisição", racionamento e queda na taxa da cobertura vacinal da BCG, a importância da vacina e as ações do Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como problema de Saúde Pública no Brasil estratégias para 2021-2025.

Para tanto gostaria de, com a anuência de meus pares, convidar para prestar esclarecimentos a esta Comissão:

- 1- CGDR/DCCI/SVS/M. SAÚDE, Dr. Gerson Fernando Mendes Pereira, diretor.
 - 2-Ensp/Fiocruz, Dra Margareth Pretti Dalcolmo, médica/pesquisadora.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 3 FAP, Fundação Ataulpho de Paiva, Dr.Germano Gerhardt, Filho, presidente.
 - 4 OPAS/Brasil, Dra Socorro Gross Galiano, representante.
- 5 Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI), Dra Francieli Fontana Sutile Tardetti Fantinato, Coordenadora Geral.
 - 6-Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), Dr. Juarez Cunha, presidente

JUSTIFICATIVA

A vacina BCG constitui elemento fundamental no esquema vacinal de crianças brasileiras, sendo aplicada no primeiro mês de vida. O país produz a vacina por meio da Fundação Ataulpho de Paiva (FAP), no Rio de Janeiro. As contratações se dão por inexigibilidade, uma vez que a fundação é a única a produzir a vacina no Brasil.

Apesar de ser obrigatória para recém-nascidos, a vacina BCG - que protege contra as formas graves da tuberculose - tem registrado baixos índices de cobertura. Segundo o Datasus, do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal do imunizante caiu de 105%, em 2015, para 68,6% em 2021. A BCG faz parte do Programa Nacional de Imunização (PNI) e é indicada para ser aplicada logo após o nascimento da criança.

A BCG tem sido regularmente utilizada na população brasileira desde os anos de 1930, produzida em fábrica da Fundação Ataulpho de Paiva (FAP). A fundação, no entanto, teve suas atividades de fabricação e comércio de produtos farmacêuticos interditadas, em 2019, pela Agência Nacional de







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vigilância Sanitária (Anvisa) que considerou que a fábrica oferecia risco à saúde e não estava alinhada com as normas de Boas Práticas de Fabricação (BPF).

No dia 29 de maio, várias entidades médicas enviaram carta ao Ministério da Saúde alertando sobre a falta de vacina BCG nos postos de saúde do país. A carta foi assinada pela SBP, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose (REDE-TB), Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) e Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT).

Em resposta, o Ministério da Saúde informou, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, que espera normalizar a distribuição das vacinas a partir de setembro. No momento, o quantitativo médio disponibilizado para cada estado é de 500 mil doses ao mês, contra 1 milhão de doses, disponibilizadas anteriormente.

De acordo com o ministério, a cota de distribuição da vacina BCG para os estados foi reduzida em 50% devido a dificuldades no processo de aquisição da vacina - compra, o desembaraço alfandegário e autorização pela Anvisa para a entrada do produto no país - e indisponibilidade de quantidade de doses no estoque nacional suficiente para manter a cota que vinha sendo habitualmente enviada.

Para a SBP, a vacina BCG é muito importante para a saúde de crianças e adultos e o produto brasileiro é considerado um dos melhores do mundo. Em agosto de 2021, ocorreu o lançamento do Plano de Nacional pelo Fim da Tuberculose como problema de Saúde Pública - Estratégias para 2021-2025, em formato virtual, e teve o objetivo de informar as coordenações estaduais e municipais de TB, sociedade civil e parceiros intersetoriais sobre as metas, indicadores e ações.

Entendemos que passado esse um ano do lançamento do plano, é hora de fazermos uma prestação de contas do que avançou no país, estados e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

municípios em relação ao tema. Isso posto, consideramos de fundamental importância que esta Comissão promova com urgência essa audiência pública.

Sala das Comissões 07 de julho de 2022.

CHICO D'ANGELO (PDT-RJ) Deputado Federal



